

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E AS GRANDES EMPRESAS NO BRASIL: CONTEÚDOS E LIMITAÇÕES

François M. P. Gavard³⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir na discussão a respeito da incorporação por parte das empresas do discurso da sustentabilidade. A problemática ambiental, marcada originalmente pela oposição de entre preservação de recursos ambientais e desenvolvimento econômico evoluiu para um quadro de consenso instaurado a partir da adoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável que teve o mérito de agrupar em torno de uma base comum ambientalistas e capitalistas. Não obstante, tal conceito devido, a seu caráter amplo e vago, tem dado margem a suspeitas quanto a seu uso como mero recurso retórico visando justificar/legitimar socialmente atividades que não se coadunam com a busca da sustentabilidade, suspeita esta que recai – na perspectiva dos ambientalistas e mesmo de boa parte da literatura acadêmica sobre o assunto – sobre a atividade empresarial. A questão se torna tanto mais palpante na medida em que o discurso da sustentabilidade goza de crescente aceitação dentro de uma sociedade que desconhece muitas vezes o seu conteúdo. Este artigo propõe, através da análise de uma publicação destinada a apresentar à sociedade um retrato das práticas ambientais de empresas que operam no Brasil, lançar alguma luz sobre o conteúdo atribuído a noção de sustentabilidade pelo segmento empresarial, apontando suas especificidades e limitações em relação ao discurso geral da sustentabilidade. **PALAVRAS-CHAVE:** discurso da sustentabilidade; grandes empresas; desenvolvimento econômico.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de relativamente recente, a percepção da degradação dos recursos naturais como um problema de primeira linha agenda política internacional já possui um histórico bastante rico e conturbado. Poucos problemas da atualidade ganharam, em um lapso tão curto de tempo, tanta visibilidade, mobilizaram uma gama tão larga de atores sociais, suscitaram debates tão acalorados e formaram opiniões tão apaixonadas quanto tendenciosas. Nesta problemática, dois atores tem se destacado historicamente pela defesa de interesses considerados antagônicos por muito tempo: os defensores de um modelo de crescimento econômico tradicional baseado na exploração dos recursos naturais e, no campo oposto, os ambientalistas, hostis a uma noção de desenvolvimento que implique no esgotamento dos recursos naturais do planeta.

Esta perspectiva dicotômica evoluiu desde a década de 60 até a visão propagada atualmente pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, amplamente divulgada e aceita nos meios empresariais – e demais segmentos da sociedade – que defende um modelo econômico onde o matrimônio entre preservação ambiental e busca pela

³⁴ Cientista Social formado pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrando (bolsista Capes) em Ciências Sociais pela UFSM.

lucratividade além de possível constitui uma condição para a reprodução e manutenção da economia capitalista.

Este conceito tornou-se uma estratégia retórica incontornável para conferir legitimidade às atividades corporativas, ainda que pare um grau razoável de desconfiança sobre seu real significado – acusado de formular a resolução da problemática ambiental de maneira vaga – e quanto ao efetivo comprometimento das empresas na incorporação das preocupações ambientais em seus processos produtivos. Sobre estas recai a suspeita – especialmente por parte de ambientalistas – de que o conceito venha sendo utilizado como peça retórica visando conferir legitimidade a atividades potencial ou efetivamente danosas ao meio ambiente

O presente artigo se situa na área da sociologia ambiental e tem como objetivo aprofundar o debate da relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Aqui, se adota como aspecto privilegiado a inserção das empresas em atividade no Brasil dentro de um novo contexto de competição econômica marcado pela imposição de atendimento a aspectos éticos em suas ações, oriundos de uma crescente demanda social por responsabilidade socioambiental.

O material empírico proposto para este artigo consiste do mais completo *survey* sobre gestão ambiental empresarial publicado anualmente no Brasil, reunindo a maior parte das grandes empresas brasileiras³⁵ com o objetivo de traçar um perfil de suas práticas e políticas ambientais. Pretendemos através da análise das perguntas constantes no questionário, das temáticas onde se agrupam, sua incidência e participação no mesmo, formar um retrato, ainda que sumário, da imagem de empresa sustentável que é veiculada nesta publicação³⁶.

2. O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E AS EMPRESAS

2.1. O surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Não se sabe ao certo qual foi a primeira vez em que o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi usado, mas pode-se indicar que foi na ocasião da publicação do *World's Conservation Strategy (WCS)* pela *International Union for Conservation of*

³⁵ Na edição de 2008, que é a base de dados deste artigo, participaram 767 grandes empresas brasileiras que juntas representam 50% do PIB nacional.

³⁶ Cabe observar que no âmbito deste artigo o que se propõem a analisar são as perguntas do questionário e não as respostas obtidas das empresas.

Nature and Natural Resources (IUCN) em 1980 que o conceito adquire proeminência. Este documento veiculava, como idéia central, a possibilidade de se alcançar um tipo de desenvolvimento onde a economia mundial pudesse manter seus níveis de crescimento sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo e o instrumento indicado como capaz de proporcionar este quadro é avanço científico/tecnológico.

Tal noção reflete uma particularidade na percepção da problemática ambiental típica do período, a de que a consciência em relação aos problemas ambientais na sociedade cresce na mesma proporção que a crença de que a ciência e a tecnologia possuem os instrumentos necessários para reverter os problemas por ela gerados. Desta forma o estágio tardio alcançado pelo processo de industrialização carrega esta ambiguidade e discurso da sustentabilidade o reflete (Demajorovic, 2003).

É importante perceber que, neste momento, também ocorre uma mudança sutil em relação aos termos nos quais se dava o debate entre crescimento econômico *versus* preservação de recursos naturais em períodos anteriores. Se a opinião nos anos 70 era a da existência de um conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental, a partir dos anos 80, na busca de se superar este impasse, emprega-se preferencialmente o termo desenvolvimento, que trazia um conteúdo mais vasto, contemplando aspectos que vão além da esfera estritamente econômica, relacionando-se à satisfação de necessidades intangíveis tais como qualidade de vida, justiça social, e, obviamente, preservação de recursos naturais.

Além disto, Wolfgang Sachs (2002) esclarece que o surgimento deste conceito evidencia uma mudança significativa em relação a própria percepção da natureza por parte dos movimentos ambientais. Nos anos 60 e 70 uma visão biocêntrica era o que pautava a concepção de meio ambiente, a natureza deveria ser objeto de preservação devido a um valor intrínseco e intangível do qual era possuidora. Da década de 80 em diante, esta concepção passa a mudar sensivelmente. Doravante a analogia que passou a ser propalada a respeito da natureza não seria mais a de um tesouro a ser preservado, mas sim a de um recurso cujos rendimentos deveriam sustentar-se. Desta forma a percepção passa de um repositório de bens comuns para uma fonte de valor econômico. Para este autor, a sustentabilidade nas formulações anteriores da questão ambiental se referia à natureza e com o tempo passou a se referir ao desenvolvimento. Tal movimento representaria uma clara evidência da adoção de uma orientação antropocêntrica no tratamento da temática.

Caberá a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) – conhecida como comissão Brundtland - em 1987, dar ao conceito de Desenvolvimento Sustentável sua definição mais célebre e ainda válida: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas.

O conceito de DS irá se consagrar definitivamente por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992³⁷. Para Nobre (1992), esta conferência constituiu o momento decisivo para a institucionalização da problemática ambiental nos parâmetros do DS, assim como definiu os termos em que se daria esta institucionalização, suas amarras institucionais³⁸. A CNUMAD 92 representou, assim, um ponto de inflexão na discussão sobre o meio ambiente e marca o momento onde este conceito se demonstrou uma estratégia vitoriosa para a institucionalização da problemática ambiental no âmbito da agenda política internacional, na esfera governamental, empresas e políticas públicas nacionais (Nobre, 2002). Este conceito deu prova de persistência e crescente aceitação ao chegar hodiernamente a impor-se como recurso retórico indispensável nos discursos dos mais diferentes atores sociais ligados de alguma forma à problemática ambiental.

No entanto, Viola e Leis (1991) ressaltam que apesar do conceito de DS estar assentado numa base consensual, relativa ao ideal de harmonizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental, esta não está isenta de algum grau de dissenso:

(...) em torno destas bases consensuais existe uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo e às características dos mecanismos alocativos e implementativos assim como das responsabilidades dos atores que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável. O consenso se situa assim muito mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos (VIOLA & LEIS, 1991, p.78)

No que diz respeito à maneira de como transpor o conceito de DS para o nível da ação, o terreno é bastante escorregadio, aí se cruzam diversas variáveis – econômicas, sociais, políticas, etc - de difícil articulação, bem como diferentes valores ético e morais, de difícil aproximação por natureza.

³⁷ Mais conhecida como ECO-92 (ou Rio-92), realizada no Rio de Janeiro.

³⁸ Determinadas segundo este autor pelos ditames do neoliberalismo, incorporados pelos países ricos e especialmente pelo FMI/Banco Mundial.

Viola e Leis (1991), observam que para tornar-se um conceito vitorioso, foi imprescindível a adesão, em meados da década de 80, de alguns setores empresariais ao discurso da sustentabilidade. Embora ainda acanhados em termos de representatividade, estes setores se demonstraram de grande importância estratégica na transição do ambientalismo para o discurso da sustentabilidade. E isto porque representavam um segmento comprometido com o pragmatismo e orientado pelo realismo de propostas objetivas capazes de “fazer acontecer” a sustentabilidade. Estes autores acrescentam que é possível levantar dúvidas sobre a vocação e o compromisso do empresariado em aderir a um modelo de DS que esteja orientado pelos valores da democracia e a equidade social. Mas, por outro lado, é indiscutível que se tratou naquele momento do segmento mais decidido em situar o debate entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental dentro dos parâmetros do conceito de DS.

2.2. Atividade empresarial e meio ambiente:

Para compreender a adesão do setor produtivo ao discurso da sustentabilidade se faz necessário recuperarmos algo do histórico da implicação das atividades industriais com as condições ambientais. Demajorovic (2003) indica que da primeira fase da Revolução Industrial até meados do século XX os problemas decorrentes da degradação de recursos naturais multiplicam-se, tanto em suas formas quanto em sua magnitude. Não obstante, durante todo o período tais problemas foram relegados a plano secundário devido à sua abrangência circunscrita espacialmente e socialmente³⁹ (BECK, 2006). A partir dos anos 50 observa-se a continuidade dos processos de degradação em áreas determinadas em consequência da ação de agentes poluidores localmente gerados e atuantes, mas, também se passa a verificar a disseminação de problemas ambientais para além dos focos geradores de riscos. Os efeitos negativos da ação do homem sobre o ambiente natural não mais respeitam barreiras – geográficas ou sociais – e apresentam características até então desconhecidas e contrastantes com os riscos gerados pelos estágios anteriores do processo de industrialização.⁴⁰ Os problemas que podem ser potencialmente gerados pelas indústrias químicas, nuclear e pela engenharia genética, por exemplo, apresentam estas características.

³⁹ E a uma crença de que seus efeitos permaneceriam confinados a estes tipos de limites.

⁴⁰ Pois estes novos riscos não podem ser limitados temporal ou espacialmente, não são de difícil identificação denexo causal entre risco gerado e origem e muitas vezes são insuscetíveis de reparação (BECK, 2006).

A percepção destes efeitos do estágio tardio alcançado pela modernidade e suas tecnologias e o sentimento de incerteza quanto a formas de predição ou de medidas de segurança gerados no tecido social constituem, segundo Ulrich Beck os elementos característicos dos tempos atuais. A consequência deste processo é a difusão de um contexto de reflexividade nestas sociedades em que as instituições modernas passam a ser alvo de críticas e devem se justificar perante a estas. Alguns valores amplamente aceitos da modernidade e da sociedade capitalista começam a ver suas bases de sustentação abaladas, no caso que nos interessa, se observa que a atividade produtiva começa a carecer de sustentação perante a sociedade sob a ação da crítica ambientalista.

Demajorovic (2006, p. 35) descreve bem este quadro:

Para muitos defensores da atual forma de progresso econômico, as tragédias ou problemas mencionados são fatalidades ou “acidentes de percurso” do processo necessário do desenvolvimento industrial. No entanto, parece cada vez mais evidente que o canto da sereia representado pelo trinômio produtividade-progresso-riqueza, não agrada mais todas as audiências. O agravamento dos problemas ambientais está ligado a escolhas com respeito à forma de aplicar o conhecimento técnico-científico no processo produtivo. Portanto, as catástrofes e os danos ao meio ambiente não são surpresas ou acontecimentos inesperados, e sim consequências inerentes da modernidade, que mostram, acima de tudo, a incapacidade do conhecimento gerado no século XX de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial.

Assim, neste novo quadro, marcado pela emergência simultânea de novos imperativos éticos e de atores sociais aglutinados em torno de preocupações em comum, configura-se uma realidade em que os benefícios sociais que tradicionalmente deram respaldo à atividade industrial – especialmente no período pós-guerra – como geração de empregos, aumento da arrecadação dos cofres públicos, aumento do produto interno e do nível de renda, começam, segundo Demajorovic (2006), a encontrar cada vez menos respaldo na sociedade e a chocar-se com uma moral ecológica que se difunde progressivamente a medida que se aproxima o fim do século XX. Esta nova moralidade não exerce sua pressão somente sobre os aspectos tecnológicos e econômicos das atividades empresariais – sobre os processos de governança corporativa – mas se faz sentir também como uma forma de pressão política sobre o Estado, ensejando um

movimento no sentido de um maior rigor das normas de comando e controle do Estado sobre as empresas⁴¹.

A consequência deste processo se faz notar em um aumento de custos de operação, maior interferência no processo de tomada de decisão dentro das organizações⁴² e em uma pressão sobre o Poder Judiciário no sentido da cobrança de compensações por danos socioambientais causado por estas, podendo, dentro deste quadro, responsabilizar judicialmente os dirigentes de corporações e converter os danos e as ameaças ao meio ambiente em custo direto para os negócios. Paralelamente a isso se verifica uma exposição crescente na mídia das tragédias ambientais provocadas por grandes empresas, fazendo do setor industrial o alvo prioritário dos protestos de grupos ambientalistas (DEMAJOROVIC, 2006).

A ação conjunta destes elementos configura um novo ambiente de competição para os agentes econômicos onde são estimulados a lançarem mão de estratégias adequadas ao prosseguimento de suas atividades fora de níveis de contestação social e judicial que possam vir a inviabilizar suas atividades.

2.3. O discurso da sustentabilidade e as empresas

É neste contexto que as empresas, especialmente após meados da década de 1980, se viram pressionadas a adotar algum tipo de postura em relação a problemática ambiental, não de natureza reativa, onde se limitavam a enquadrar-se nos padrões exigidos pela legislação e encaravam este enquadramento como um custo, e sim que incorporasse a demanda social por responsabilidade ambiental num discurso e práticas empresariais sustentados pela idéia de que ambas dimensões podem e devem ser conciliadas numa forma que contemple os objetivos do empreendimento capitalista e a demanda social por responsabilidade ambiental simultaneamente.

⁴¹ Esta pressão social sobre o Estado para uma responsabilização dos agentes causadores da degradação ambiental se deu de maneira bastante tardia no caso brasileiro se comparado aos países do primeiro mundo. Demajorovic (2003) indica que somente em finais da década de 70 uma ainda incipiente mobilização ambientalista passa questionar as ações empresariais. Seria somente em meados da década de que a pressão social resultaria em uma ação mais incisiva dos órgãos governamentais ligados ao meio ambiente nos grandes centros produtores como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, resultando em mudanças nas políticas socioambientais de empresas de alguns setores.

⁴² Neste ponto o a idéia de governança ganha espaço ao defender atributos como participação, descentralização, responsabilização e equidade entre as partes ininteressadas, abrindo espaço para a possibilidade de se implementar um tipo de gestão e regulação que leve em conta fatores extra-econômicos no intuito de conferir legitimidade e eficiência aos mecanismos de gestão (FONSECA & BUSZTYN, 2008).

Este momento marca a adesão do empresariado ao discurso do DS que defende uma reorientação nos rumos traçados pelo estilo tradicional de desenvolvimento, orientado pelas preocupações ambientais e sociais contrapondo-se ao passado recente das empresas onde a externalização das conseqüências negativas do processo produtivo sobre o meio ambiente e a sociedade era a regra. Esta mudança, em conseqüência de uma sensibilização ambiental por parte as empresas, sinalizaria, conforme Layrargues (2000), o início de um processo de transição ideológica onde se passou a agregar os princípios ecológicos ao *modus operandi* da produção industrial, marcando o início de uma nova fase baseada em critérios de sustentabilidade ambiental.

Concomitantemente com este processo se observa o avanço na liberalização dos mercados pelos efeitos da globalização da economia⁴³ o que trouxe como uma de suas conseqüências para as empresas o acirramento da concorrência e a criação de novos mercados. A partir deste momento as empresas passaram a operar em um cenário onde, segundo Esty & Winston (2008), os elementos tradicionais da vantagem competitiva, como o acesso a mão-de-obra mais barata e capital de baixo custo foram gradualmente reduzidos, tornando-se imperioso que estas buscassem outras formas de obter um diferencial em relação à concorrência. O que, evidentemente, incidiu sobre as estratégias empresariais onde a preocupação ambiental, substantivada na adoção de políticas pró-ativas, pode converter-se em uma fonte geradora de vantagens competitivas. O que num primeiro momento se apresentava como um obstáculo ao bom andamento dos negócios assume após meados da década de 80 os contornos de uma oportunidade para os negócios

Layrargues (2000) chama a atenção do uso que o setor empresarial vem fazendo de uma pretendida mudança no paradigma produtivo oportunizado pela inserção da variável socioambiental. O que se deve ter em mente em primeiro lugar, para este autor, é que a sensibilização do setor produtivo a esta ordem de fatores foi motivada por razões econômicas e não ecológicas como alguns discursos empresariais propalam. Isto posto, torna-se evidente que este processo de transformação não corresponderia a uma forma de transição paradigmática de uma racionalidade econômica para uma

⁴³ Alguns autores indicam, como efeito da globalização econômica sobre a questão ambiental, uma diminuição no papel regulador do Estado no roldão da reformas neoliberais. Isto, de fato, se observa em alguns domínios da ação estatal, como no setor previdenciário nos países industrializados e na onda de privatizações de companhias estatais nos países em desenvolvimento. Porém, esta opinião pode ser refutada, no que tange a legislação ambiental, se for levado em consideração o que Demajorovic (2003), referido anteriormente, esclarece: que a tendência a desregulamentação estatal verificada em muitos países ocidentais coincide, paradoxalmente, com um importante incremento na regulamentação ambiental destes mesmos países.

ecológica⁴⁴. Conforme o autor, o que tem sido apresentado pelo discurso empresarial como uma guinada no rumo da gestão corporativa, não representaria senão uma singela reforma, uma adequação aos imperativos de uma nova ordem econômica mundial.

A adoção do conceito de DS por parte das empresas, que demonstrou ser a estratégia dominante para adequar-se ao novo ambiente social resultante disseminação de preocupações ambientais, pode ser atribuída o alto grau de aceitação deste na sociedade, canais do poder e do capital. Pois este veio a se tornar hodiernamente uma linguagem comum capaz de congrega diversos atores sociais entorno de algumas diretrizes indisputadas.

No entanto, no que diz respeito a uso deste conceito pelo segmento empresarial, paira a suspeita de que o mesmo venha sendo utilizado como peça retórica visando conferir legitimidade a atividades potencial ou efetivamente danosas ao meio ambiente. A adesão retórica ao conceito serviria, nestas situações, para conferir uma imagem ecologicamente correta às empresas, visando agregar valor aos seus produtos e abarcar a fatia do mercado consumidor preocupada com os problemas ambientais. Além disto, na medida em que o segmento empresarial passe a difundir amplamente este tipo de imagem, esta estratégia poderia vir a calhar para criar um ambiente desfavorável a uma ampliação, eventualmente necessária, da legislação ambiental e de aumento no rigor em sua fiscalização. No caso da confirmação desta hipótese, este conceito estaria prestando um desserviço à busca da melhoria das condições ambientais.

Admite-se que o conceito de DS possa se prestar a este tipo de prática devido a duas particularidades a ele inerentes: seu conteúdo vago e a sua ampla aceitação na sociedade. Sua vaguidão pode ser atribuída justamente a sua popularidade. Como conceito articulado no sentido de criar um tom conciliador no debate entre ambientalistas e capitalistas, teve de agregar uma pluralidade de interesses sob sua égide. Para tanto, se fez necessário estabelecê-los de maneira vaga, evitando formulações restritivas que pudessem vir a prejudicar seu caráter conciliador. Decorre disto a acusação freqüente de conceito polissêmico e obscuro, permitindo diferentes leituras e atribuições de significado, que podem variar de interpretações vinculadas a um tipo de desenvolvimento progressista associando à preservação ambiental, justiça social e participação política, ou, a um tipo de desenvolvimento conservador que

⁴⁴ Fazendo coro a esta opinião, Leff (2006) afirma que o questionamento da economia por via da ecologia não tem sido suficiente para levar a desconstrução da racionalidade econômica, e, desta forma, as políticas ambientais continuam caudatárias das políticas neoliberais.

simplesmente alia a variável ambiental à noção de crescimento econômico (Lima, 1997).

Quando um discurso goza de certo grau de difusão e aceitação na sociedade, a ponto de auferir prestígio para aqueles que dele fazem uso e, num movimento simultâneo, quando logra em criar mecanismos de exclusão e estigmatização para aqueles que a ele são contrários ou que dele não fazem uso, estão dadas as condições para que exista a possibilidade de apropriação deste discurso por parte de atores – os chamados “caronas” (*free riders*) – que orientam suas práticas quotidianas por interesses diversos, até mesmo contraditórios à retórica que propagam (FONSECA & BURSZTYN, 2008).

Para estes autores é a partir de uma dupla lógica que os caronas do discurso pautam sua conduta. Pretendem receber os benefícios da adesão a determinada ordem e evitar possíveis sanções e prejuízos que implicaria uma posição contrária a mesma. Discursos de conteúdo ambíguo, demasiado amplo ou descontextualizados seriam mais suscetíveis a serem adotados como mero instrumento retórico visando alcançar os objetivos acima descritos.

Dado o cenário descrito, é que propomos um breve estudo de caso sobre o tipo de imagem de empresa sustentável que tem sido veiculada por meio de uma pesquisa anual de grande alcance sobre as práticas de gestão ambiental empresarial das maiores companhias em atuação no território brasileiro.

3. CONTEÚDOS DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA “ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL 2008”:

A pesquisa anual da editora Análise sobre gestão ambiental empresarial está em sua segunda edição mas já pode ser considerada uma obra de referência sobre o tema no cenário brasileiro devido a representatividade de sua amostra (onde constam 767 grandes empresas em operação no Brasil representando 50% do PIB nacional) e devido a profundidade e extensão do questionário apresentado aos participantes, que esclarece a maneira como as empresas consomem recursos naturais e tratam os resíduos de seu processo produtivo, entre outros temas relacionados a interface de suas ações e o meio ambiente. Segundo seu editorial, esta publicação se trata “da mais ambiciosa iniciativa da imprensa brasileira na tentativa de apresentar as práticas ambientais das maiores e

mais importantes empresas em atuação no Brasil” (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.10).

Para a elaboração deste anuário as informações foram reunidas no período entre janeiro e abril de 2008. Os questionários foram respondidos pelas empresas de maneira voluntária e sem implicação de custos. Os questionários foram apresentados para um universo de pesquisa pré-selecionado. O critério de escolha das empresas participantes foi o daquelas que, operando em território brasileiro, apresentaram receita líquida anual acima de 192 milhões de reais, formando assim um grupo de mais de 27 ramos de atividade nos quatro setores econômicos, agroindústria, comércio, indústria e serviços.

3.1. Delimitação da temática do questionário

Neste ponto cabe uma breve digressão. Visto o que foi exposto nos tópicos anteriores, uma discussão atual sobre gestão ambiental não poderia deixar de se remeter ao conceito de sustentabilidade, de conteúdo mais amplo e dentro do qual as ações empresariais ambientais se inscrevem. O conceito de DS na sua formulação atual, amplamente aceita e divulgada na sociedade é o de uma forma de crescimento econômico que contemple as dimensões econômica, social e ambiental. Ou seja, que se demonstre sustentável nestes três âmbitos⁴⁵. Neste sentido as empresas devem prestar contas de suas atividades conforme as exigências do chamado “*triple bottom line*” que congrega as demandas destes diferentes domínios citados acima e, segundo estes parâmetros que o desempenho de uma empresa será avaliado para que possa desfrutar da imagem de empresa sustentável.

A pesquisa em causa neste artigo limitou o escopo de seu questionário em relação ao conteúdo mais amplo de sustentabilidade ao priorizar os aspectos ambientais e faz a defesa desta escolha nos seguintes termos:

Simplificadamente, sustentabilidade envolve gestão ambiental no processo produtivo, qualidade do produto, segurança e qualidade de vida dos funcionários e solidez econômico-financeira do negócio, tudo permeado por um relacionamento transparente e ético da empresa com seus públicos. Por conta de sua abrangência, sustentabilidade é confundida ou limitada a ações assistenciais, filantrópicas ou de divulgação. Mostrar, portanto, se uma companhia aplica efetivamente este conceito em seus processos e atividades

⁴⁵ O chamado “tripé da sustentabilidade”.

exigiria uma pesquisa envolvendo tantas áreas da empresa que jamais seria editada como publicação (...). (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.18).

Conforme podemos observar através da opinião emitida pelo editorial da pesquisa, a sua concepção de sustentabilidade diverge do conteúdo do “*triple botton line*” pois os elementos que se fazem presentes relacionam-se principalmente a processos internos da empresa (qualidade dos produtos e de vida dos funcionários, solidez econômica-financeira). A relação com partes interessadas, que poderia aqui ser considerado como os aspectos sociais a serem contemplados se limitaria a uma postura ética e transparente perante seus públicos. As ações propriamente sociais das empresas são consideradas como um elemento de confusão ou limitação no conceito de sustentabilidade. Este quadro demonstra que essa publicação adota um conteúdo de sustentabilidade peculiar onde a dimensão social possui menor peso relativamente ao conteúdo do discurso geral sobre a adoção do tripé da sustentabilidade, onde os três elementos devem apresentar igual relevância.

Não obstante, os editores da pesquisa admitem abertamente que o questionário irá se limitar principalmente aos aspectos atinentes às iniciativas ambientais do processo produtivo, reconhecendo que: “Abordamos aqui apenas lateralmente as ações da companhia de caráter filantrópico”. (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.24). Justificando que se trata de uma decisão técnica, pois, caso contemplassem as ações filantrópicas das empresas juntamente com as ambientais, um único anuário não seria suficiente para tanto.

3.2. Análise do questionário

Primeiramente gostaríamos de ressaltar que a análise aqui proposta limitar-se-á às questões e temáticas constantes no questionário e não contemplará as respostas dadas pelas empresas que a ele se submeteram.

A pesquisa proposta consistiu da análise de um questionário fechado constando de 46 questões distribuídas em 15 temas, como se pode observar no quadro que segue:

TEMAS	Nº DE QUESTÕES
1- Práticas e procedimentos	4
2- Estrutura da gestão ambiental	6

3- Relacionamento com fornecedores	2
4- Consumo de recursos naturais	5
5- Tratamentos de resíduos	4
6- Ações de ecoeficiência	3
7- Reposição de vegetação	2
8- Controle de emissões	4
9- Preservação	1
10- Treinamento	2
11- Políticas de informação e divulgação	7
12- Parceiros/programas	2
13- Reciclagem	1
14- Prevenção	1
15- Licenciamento e território	2

Quadro 1- Frequência de questões observadas por tema

Para fins de análise, agrupamos os temas em cinco áreas temáticas principais da seguinte forma: Ações ambientais - temas 4,5,6; Organização da gestão ambiental – temas 1, 2, 8, 6⁴⁶, 10, 11, 14, 13; Preservação ambiental – temas 7, 9; Relacionamento com partes interessadas – temas 3, 12; Contestação judicial – tema 15.

Observa-se que as temáticas mais detalhadamente avaliadas pelo questionário (organização da gestão ambiental e ações ambientais) dizem respeito a medidas que abrangem processos internos, gerenciais, que se realizam dentro do que poderíamos chamar dos “muros da empresa”. Já as ações que se materializam no ambiente externo – constante nos tema 7, 9⁴⁷ e 12⁴⁸, agrupadas nas temáticas preservação ambiental e relacionamento com partes interessadas, encontram-se desproporcionalmente representadas na pesquisa.

Outro ponto a destacar é o caso de temáticas amplas que foram reduzidas a um aspecto, como no tema 13, a respeito da reciclagem, que no questionário se restringia somente a questão de se as empresas utilizavam papel reciclado.

⁴⁶ Consideramos o tema ações de ecoeficiência (que constava das questões: utilizam de fontes renováveis de energia? As que utilizam, que fontes usam? Possuem ou não política corporativa voltada a mudança climática?) como pertinente tanto ao grupo do impacto ambiental quanto ao da organização da gestão ambiental.

⁴⁷ A questão que consta neste tema é a seguinte: Mantém voluntariamente área verde nativa sob seu domínio?

⁴⁸ Tema que é constituído pelas seguintes questões: Possuem instituições voltadas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável?; Mantém programas e parcerias com ONGs e entidades com atuação ambiental?

Desta forma, analisando conjuntamente a delimitação da temática da pesquisa com os temas das questões propriamente ditas, podemos constatar que o retrato que pode ser revelado através da aplicação deste questionário se refere principalmente a forma como empresas incorporam a variável ambiental em suas estratégias, políticas e ações corporativas que se concentram principalmente nos seus processos internos de organização da gestão. Podendo pouco informar sobre a relação da empresas com os demais atores do campo socioambiental onde elas atuam bem como de ações concretas de melhoria das condições ambientais para além dos limites espaciais de suas plantas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação analisada neste artigo é bastante franca quanto aos seus objetivos e deixa clara sua visão e critérios sobre gestão ambiental bem como quanto a sua visão de sustentabilidade. Os resultados que são apresentados pela pesquisa em causa devem ser lidos e interpretados dentro dos limites propostos e contribuem, sem dúvida, para uma melhor compreensão da maneira pela qual as empresas brasileiras estão operando dentre deste novo contexto onde a demanda social por compromissos éticos passa a ser uma exigência ao bom funcionamento dos empreendimentos capitalistas.

O problema surge quando a incorporação destas novas demandas é feita sob a égide de conceitos ou termos vagos e de ampla aceitação na sociedade – ainda que ela não esteja informada suficientemente a respeito de seus significados – como é o caso do conceito de DS ou da própria noção de sustentabilidade. Nestes casos a ausência de critérios definidos e conteúdos precisos prejudica a mensuração e comparação de resultados para que se produza um diagnóstico realista dos avanços das empresas na adoção de práticas sustentáveis.

A despeito desta publicação expor claramente o escopo e os limites do questionário proposto, a empresas que nele figuram – conforme se pode observar através dos informes publicitários em que elas figuram na própria publicação – tendem a divulgar uma mensagem que constrói uma imagem para além do que é possível constatar através de uma leitura atenta e crítica dos critérios do questionário ao qual se submeteram. Os termos “sustentável” e “sustentabilidade” são constantemente empregados em tais peças publicitárias. O próprio discurso empresarial repete em coro a noção tripartite deste conceito (como referido anteriormente), no entanto, o questionário

em causa neste artigo somente autorizaria, na nossa opinião, a constatação de uma adesão parcial – limitada a certos aspectos – a este conceito mais amplo.

Outrossim, devido a natureza da amostra coligida na publicação, não é possível estender os resultados obtidos ao conjunto do segmento empresarial nacional. Trata-se aqui de uma parcela, ainda que proeminente no conjunto da economia brasileira, limitada e que devido a fartura de recursos está em condições mais propícias a adotarem procedimentos ambientalmente corretos, que sabidamente implicam em investimentos de monta aos quais muitas empresas de porte mediano ou pequeno não poderiam arcar.

No entanto, acreditamos que toda a iniciativa que contribua para um diagnóstico da realidade socioambiental à partir de critérios claros – ainda que limitados ou, por vezes, insuficientes – é positiva para que progressivamente se esvaneça a suspeita que paira da parte de alguns segmentos, especialmente os ativistas ambientais, sobre a natureza de algumas iniciativas socioambientais perpetradas por determinados segmentos sociais, como no caso do empresariado.

5. BIBLIOGRAFIA

ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL. São Paulo: Análise Editorial, 2008.

BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor F. da. A banalização da sustentabilidade: entre o ecologicamente correto e a governança ambiental fortalecida. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS. **Anais...**Brasília, 2008. 1 CD-ROM.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

ESTY, Daniel C.; WINSTON, Andrew S. **O verde que vale ouro: como as empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e criar uma vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 2006.

LAYRARGUES, Philippe P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: delicada relação empresa-meioambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.88-80, abr./jun. 2000.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H. & VIOLA, E. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas socio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual**. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília, Ed. IBAMA, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Wolfgang. **Desenvolvimento sustentável**. In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Grahlan. **Sociologia del medio ambiente: una perspectiva internacional**. Madrid: Mcgraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002.